

Demonstrações Contábeis Regulatórias

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024

Índice

Demonstrações contábeis regulatórias

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias 1

Demonstrações contábeis regulatórias

Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da
STC – Sistema de Transmissão Catarinense S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da STC – Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da STC – Sistema de Transmissão Catarinense S.A em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

STC – Sistema de Transmissão Catarinense S.A, preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 07 de março de 2025.

Auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 16 de abril de 2024, sem modificação.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP-014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Balanço patrimonial
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo			
Ativo Circulante		22.676	18.894
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	10.164	6.854
Investimentos Temporários	5	10.015	9.185
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	6	1.579	1.874
Serviços em Curso		199	117
Tributos Compensáveis		541	344
Despesas Pagas Antecipadamente		12	5
Outros Ativos		166	515
Ativo Não Circulante		148.176	153.749
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	6	2.143	996
Tributos Compensáveis		199	199
Depósitos Judiciais e Cauções		1	1
Outros Ativos		688	993
Imobilizado	7.1	142.293	148.710
Intangível	7.2	2.852	2.850
Total do Ativo		170.852	172.643

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Balanço patrimonial
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivo			
Passivo Circulante		3.091	2.725
Fornecedores		598	399
Obrigações Sociais e Trabalhistas		581	497
Tributos		1.213	1.059
Encargos Setoriais		637	370
Outros Passivos		62	400
Passivo Não Circulante		29.954	30.929
Arrendamento Mercantil		392	333
Encargos Setoriais		386	355
Tributos Diferidos		199	200
Outros Passivos		8	28.977
Obrigações Especiais			30.041
Total do Passivo		33.045	33.654
Patrimônio Líquido			
Capital Social	10.1	161.416	161.416
Outros Resultados Abrangentes	10.3	(104)	(138)
Reserva de Lucros	10.2	20.363	18.774
Prejuízos Acumulados		(64.562)	(56.881)
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais		20.694	15.818
Total do Patrimônio Líquido		137.807	138.989
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		170.852	172.643

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Operações			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão		38.923	41.414
(-) Parcela Variável		(204)	(9)
Tributos			
PIS-PASEP		(252)	(269)
Cofins		(1.162)	(1.242)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(358)	(383)
Reserva Global de Reversão - RGR		(1.007)	(1.077)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(155)	(166)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	11	35.785	38.268
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		35.785	38.268
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	12	(3.897)	(3.386)
Material		(255)	(249)
Serviços de Terceiros		(1.242)	(1.246)
Arrendamento e Aluguéis		(506)	(446)
Seguros		(52)	(28)
Doações, Contribuições e Subvenções		(9)	-
Tributos		(40)	(39)
Depreciação e Amortização		(5.817)	(5.823)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		246	94
Resultado da Atividade		24.213	27.145
Equivalência Patrimonial			
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(132)	(104)
Receitas Financeiras		1.863	2.122
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		25.944	29.163
Despesa com Impostos sobre o Lucro	13	(1.808)	(1.995)
Resultado Líquido do Exercício		24.136	27.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado do Exercício	24.136	27.168
Outros Resultados Abrangentes – Reserva de reavaliação	(34)	(34)
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>24.102</u>	<u>27.168</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros			Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Reserva de reavaliação	Lucros (Prejuízos) Acumulados (*)	Total	Outros Resultados Abrangentes
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	161.416	17.257	3.385	11.448	(172)	(53.676)	139.658	
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	(11.448)	-	-	(11.448)	
Pagamento de dividendos sobre Reserva de retenção de lucros	-	-	(3.385)	-	-	-	(3.385)	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	27.168	27.168	
Destinação Proposta à A.G.O.:								-
Reserva Legal	-	1.517	-	-	-	(1.517)	-	
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	-	(13.004)	(13.004)	
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	15.818	-	(15.818)	-	
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	34	(34)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	161.416	18.774	-	15.818	(138)	(56.881)	138.989	
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	(15.818)	-	-	(15.818)	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	24.136	24.136	
Destinação Proposta à A.G.O.:								-
Reserva Legal	-	1.589	-	-	-	(1.589)	-	
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	-	(9.500)	(9.500)	
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	20.694	-	(20.694)	-	
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	34	(34)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	161.416	20.363	-	20.694	(104)	(64.562)	137.807	

(*) Apesar da posição patrimonial apresentar prejuízos acumulados, a operação da Companhia não é deficitária. Este prejuízo é decorrente do fato que para fins societários o reconhecimento da receita ocorre desde o início da construção do empreendimento e para fins regulatórios, tal reconhecimento ocorre conforme emissão das faturas da receita de transmissão. Estas diferenças estão descritas e conciliadas na NE 15. As reservas de lucros foram constituídas, tomando como base os resultados acumulados divulgados nas demonstrações contábeis societárias.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatório

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do Exercício	24.136	27.168
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Depreciação	5.817	5.822
Ganhos / Baixas Líquidos de Ativos Financeiros da Concessão e Intangível	(109)	(109)
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.835	1.834
	<u>31.679</u>	<u>34.824</u>
Redução (Aumento) de Ativos		
Concessionárias e Permissionárias	(852)	920
Tributos Compensáveis	(35)	(93)
Outros	336	88
	<u>(551)</u>	<u>915</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Encargos Setoriais	267	(515)
Fornecedores	199	(52)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	84	(106)
Tributos	(1.303)	(207)
Outros	(277)	282
	<u>(1.030)</u>	<u>(598)</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	30.098	35.141
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(284)	(1.588)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	29.814	33.553
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Investimentos Temporários	(830)	(4.719)
Imobilizado	(354)	(320)
Intangível	(2)	(3)
	<u>(1.186)</u>	<u>(5.042)</u>
Caixa Líquido das Atividades de Investimento		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de dividendos	(25.318)	(27.838)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(25.318)	(27.838)
Variação Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa	3.310	673
Demonstração da Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do exercício	6.854	6.181
No fim do exercício	10.164	6.854

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (a “Companhia” ou “STC”) está autorizada a cobrar a TUST - Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão						
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	Data da entrada em operação comercial	Ciclo de degrau
006/2006	30	2036	33.750	IPCA	nov/07	2022-2023

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.348 de 16/07/2024. Acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$35.069.

Em 08 de novembro de 2007, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1.1. Aplicabilidade

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam na nota explicativa nº 15, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas para emissão pela Administração em 25 de março de 2025.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. Sumário das Políticas Contábeis Materiais

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas na nota explicativa nº 3, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1. Imobilizado e Intangível

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

VNR (Valor Novo de Reposição)

A reavaliação compulsória do imobilizado deve ser aplicada ao imobilizado das Outorgadas as quais possuem revisão tarifária. A reavaliação deverá ser aplicada de acordo com a metodologia do Valor Novo de Reposição – VNR e o registro contábil do VNR deve ser efetuado pela diferença, negativa ou positiva, verificada entre o valor homologado e o saldo contábil na data da revisão tarifária e tem por finalidade permitir reconhecer no resultado regulatório da Outorgada, a efetiva depreciação do exercício considerada na formação da sua Receita Requerida – RR.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL. A reavaliação foi registrada em 31 de dezembro de 2022, com base em Laudo de Reavaliação e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de janeiro de 2019.

3.2. Arrendamentos

A STC avalia, na data de início do contrato aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a STC reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

As operações de arrendamento mercantil são restritas aos bens administrativos e estas operações devem ser submetidas à aprovação pelo Órgão Regulador quando celebradas entre partes relacionadas ou acarretar desvinculação de bem.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.3. Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

3.3.1. Receita anual permitida (RAP)

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

3.4. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

3.5. Normas e interpretações novas e revisadas

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

- Alterações ao CPC 26/IAS 21 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes / Passivos não circulantes com Covenants.

A Companhia está avaliando os impactos da adoção desse novo pronunciamento e além de aguardar a sinalização do órgão regulador (ANEEL) sobre tais pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esse estiver em vigor.

3.6. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

A IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis substituirá a norma

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

IAS 1 (CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis), que entrará em vigor para os exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação a nova estrutura da demonstração de resultado, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais das medidas de desempenho.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas Demonstrações Contábeis da Companhia:

- Alterações no IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Instituição / linha devedora	31/12/2024		31/12/2023	
	Principal Curto Prazo	Saldo Total	Principal Curto Prazo	Saldo Total
Caixa e Aplicações Financeiras	10.164	10.164	6.854	6.854
Caixa e Bancos	149	149	108	108
Aplicações Financeiras	10.015	10.015	6.746	6.746

5. Investimentos temporários

Em 31 de dezembro de 2024, a STC possuía saldo de R\$10.015 (R\$9.185 em 31 de dezembro de 2023) referente ao Fundo de investimento Santander Lattice, que tem característica de renda fixa e remunerado em média por 98,46% e 98,54% do CDI, respectivamente.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Concessionárias e Permissionárias

6.1. Composição das Contas a Receber

Descrição	Corrente a vencer	Valores Correntes					Total 2024	Total 2023		
		Corrente vencida				Mais de 360 dias (*)				
		Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias					
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.299		79	79	121	2.143	3.722	2.870		
Total	1.299		79	79	121	2.143	3.722	2.870		
						Circulante	1.579	1.874		
						Não Circulante	2.143	996		

(*) Alguns usuários do sistema de transmissão ingressaram com ações judiciais questionando as tarifas cobradas pelo uso de sistema de transmissão. Como essas ações foram ajuizadas há mais de um ano, a Companhia classifica no aging list um item vencido há mais de 365 dias. Cabe ressaltar dessas ações estão depositadas judicialmente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Imobilizado e Intangível

7.1. A composição do imobilizado é como segue:

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros (D)	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023
Ativo Imobilizado em Serviço										
Transmissão	234.370	-	-	21	-	234.391	21	(102.643)	131.748	138.605
Terrenos	214	-	-	-	-	214	-	-	214	214
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	1.002	-	-	-	-	1.002	-	(524)	478	511
Máquinas e Equipamentos	232.589	-	-	21	-	232.610	21	(101.593)	131.017	137.787
Veículos	527	-	-	-	-	527	-	(488)	39	91
Móveis e Utensílios	38	-	-	-	-	38	-	(38)	-	2
Administração	28	-	-	-	-	28	-	(25)	3	6
Máquinas e Equipamentos	28	-	-	-	-	28	-	(25)	3	6
Subtotal	234.398	-	-	21	-	234.419	21	(102.668)	131.751	138.611
Ativo Imobilizado em Curso										
Transmissão	10.059	344	(109)	(21)	219	10.492	433	-	10.492	10.059
Máquinas e Equipamentos	3.915	-	-	-	-	3.915	-	-	3.915	3.915
Material em depósito	3.671	288	(1)	(21)	219	4.156	485	-	4.156	3.671
Outros	2.473	56	(108)	-	-	2.421	(52)	-	2.421	2.473
Administração	40	10	-	-	-	50	10	-	50	40
Máquinas e Equipamentos	40	10	-	-	-	50	10	-	50	40
Subtotal	10.099	354	(109)	(21)	219	10.542	443	-	10.542	10.099
Total do Ativo Imobilizado	244.497	354	(109)	-	219	244.961	464	(102.668)	142.293	148.710

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7.2. A composição do intangível é como segue:

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023
Ativo Intangível em Serviço							
Transmissão	2.681	-	2.681	-	(150)	2.531	2.531
Serviços	2.531	-	2.531	-	-	2.531	2.531
Softwares	150	-	150	-	(150)	-	-
Administração	189	-	189	-	(186)	3	3
Softwares	125	-	125	-	(122)	3	3
Outros	64	-	64	-	(64)	-	-
Subtotal	2.870	-	2.870	-	(336)	2.534	2.534
Ativo Intangível em Curso							
Transmissão	200	-	200	-	-	200	200
Serviços	200	-	200	-	-	200	200
Administração	116	2	118	2	-	118	116
Softwares	113	2	115	2	-	115	113
Outros	3	-	3	-	-	3	3
Subtotal	316	2	318	2	-	318	316
Total do Ativo Intangível	3.186	2	3.188	2	(336)	2.852	2.850

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7.3. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2024		31/12/2023
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Em serviço				
Transmissão		234.391	(102.643)	131.748
Custo Histórico	2,91%	234.780	(102.928)	131.852
Reavaliação	8,68%	(389)	285	(104)
Administração		28	(25)	3
Custo Histórico	1,42%	28	(25)	3
		234.419	(102.668)	131.751
				138.611
Em curso				
Transmissão	-	10.492	-	10.492
Administração	-	50	-	50
		10.542	-	10.542
				10.099
		244.961	(102.668)	142.293
				148.710

7.4. A composição das adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	10	-	10
A Ratear	-	56	56
Material em Depósito	288	-	288
Total das Adições	298	56	354

7.5. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 2015 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7.6. As principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço foram:

Descrição do bem	Valor
TRANSFORMADOR DE POTENCIAL CAPACITIVO 145KV, NBI 650KV, 60HZ. USO EXTERIOR	21

8. Obrigações Especiais

Em atendimento ao que determina o Contrato de Concessão nº 006/2012 da ETSE, na Segunda Subcláusula da Cláusula Segunda, a Companhia deve transferir por meio de Transferência Não Onerosa para a STC os ativos descritos na Primeira Subcláusula da Cláusula Segunda referente a Linha de Transmissão seccionada Barra Grande – Lages, C1 e C2 cuja responsabilidade de operar e manter está a cargo da STC.

Em agosto de 2015, os ativos supracitados foram transferidos da ETSE para a STC passando a compor o ativo imobilizado e obrigações especiais no passivo. A amortização ocorre de acordo com a vida útil determinada no MCPSE – Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. O valor líquido dos ativos recebidos em 31 de dezembro de 2024 é de R\$28.977 (R\$30.041 em 31 de dezembro de 2023).

9. Provisões para Litígios

Perda provável:

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a STC não possuía processos classificados como perda “provável”.

Perda possível:

Com base no parecer dos advogados externos e internos, em 31 de dezembro de 2024 as contingências com perda classificada como “possível” têm valor estimado de R\$822 referente a um processo de natureza regulatória (R\$741, em 31 de dezembro de 2023, referente a um processo de natureza regulatória).

10. Patrimônio Líquido

10.1. Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$161.416, representado por 211.003.246 ações ordinárias, sem valor nominal.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Quantidade de ações		
	Integralizadas Ordinárias	% do capital Votante	Total
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	129.872.000	61,55%	61,55%
Alupar Investimento S.A.	42.200.649	20,00%	20,00%
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	38.930.597	18,45%	18,45%
	211.003.246	100,00%	100,00%

10.2. Reservas de lucros

	31/12/2024	31/12/2023
Reserva legal	20.363	18.774
	20.363	18.774

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$20.363 (R\$18.774 em 31 de dezembro de 2023).

10.3. Outros resultados abrangentes

Reserva de reavaliação: O saldo residual do ativo imobilizado referente à Base de Remuneração, em 31 de dezembro de 2021 totalizava R\$155.195. O valor homologado pela ANEEL, equivalente ao VNR, ajustado pela depreciação acumulada até 31 de dezembro de 2021, para estes ativos é de R\$154.905. A reavaliação destes ativos foi registrada em 2022 e depreciado de acordo com PRORET 9.2 conforme demonstrado abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	(172)
Depreciação	34
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(138)
Depreciação	34
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(104)

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11. Receita operacional bruta e líquida

Receita Líquida	31/12/2024	31/12/2023
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	38.923	41.414
(-) Parcela Variável	(204)	(9)
Programa de Integração Social - PIS	(252)	(269)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.162)	(1.242)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(358)	(383)
Reserva Global de Reversão - RGR	(1.007)	(1.077)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(155)	(166)
Total	35.785	38.268

11.1. Reajuste Tarifário Anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução homologatória nº 3.216, de 16 de julho de 2023, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 1º de julho de 2024, cujo impacto tarifário para o ciclo 2024-2025 referente aos contratos reajustados pelo IPCA foi de 3,93%.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 1 de julho de 2024 (com data-base em 2023) e a próxima será em 1 de julho de 2028.

12. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	3.897	3.386
Remuneração	1.904	1.803
Encargos	791	634
Previdência privada	90	80
Assistência médica	379	322
Despesas rescisórias	57	88
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	312	191
Outros	364	268
Total	3.897	3.386

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurada com base no regime de lucro presumido e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional ajustada	38.719	38.719	41.405	41.405
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	3.098	4.646	3.312	4.969
Receitas financeiras	1.863	1.863	2.122	2.122
Base de cálculo	4.961	6.509	5.434	7.091
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15 % e 10%	9%	15 % e 10%	9%
	1.216	586	1.335	638
IRPJ e CSLL exercícios anteriores	6	-	16	6
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>1.222</u>	<u>586</u>	<u>1.351</u>	<u>644</u>

Em 09 de janeiro de 2018, a STC obteve decisão judicial favorável garantindo o cálculo de IRPJ e CSLL com aplicação dos percentuais de presunção de 8% e 12%, respectivamente.

14. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15. Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2024			31/12/2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Ativo Circulante						
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.164	-	10.164	6.854	-	6.854
Investimentos temporários (*)	10.015	-	10.015	9.185	-	9.185
Contas a Receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias	1.579	-	1.579	1.874	-	1.874
Serviços em Curso	199	-	199	117	-	117
Ativo Contratual da Concessão	-	24.091	24.091	-	22.813	22.813
Tributos Compensáveis	541	-	541	344	-	344
Despesas Pagas Antecipadamente	12	-	12	5	-	5
Outros Ativos Circulantes	166	-	166	515	-	515
Ativo Não Circulante						
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	2.143	-	2.143	996	-	996
Tributos Compensáveis	199	-	199	199	-	199
Depósitos Judiciais e Cauções	1	-	1	1	-	1
Ativo contratual da concessão	-	176.162	176.162	-	174.903	174.903
Outros Ativos Não Circulantes	688	-	688	993	-	993
Imobilizado	142.293	(142.179)	114	148.710	(148.667)	43
Intangível	2.852	(2.836)	16	2.850	(2.834)	16
Total do Ativo	170.852	55.238	226.090	172.643	46.215	218.858

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2024			31/12/2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo Circulante						
Fornecedores	598	-	598	399	-	399
Arrendamento Mercantil	-	33	33	-	3	3
Obrigações Sociais e Trabalhistas	581	-	581	497	-	497
Tributos	1.213	-	1.213	1.059	-	1.059
Encargos Setoriais	637	-	637	370	-	370
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	1.602	1.602	-	1.517	1.517
Outros Passivos Circulantes	62	-	62	400	-	400
Passivo Não Circulante						
Arrendamento Mercantil	-	35	35	-	-	-
Encargos Setoriais	392	-	392	333	-	333
Tributos Diferidos	386	6.164	6.550	355	6.086	6.441
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	11.715	11.715	-	11.631	11.631
Outros Passivos Não Circulantes	199	-	199	200	-	200
Obrigações Especiais	28.977	(28.977)	-	30.041	(30.041)	-
Total do Passivo	33.045	(9.428)	23.617	33.654	(10.804)	22.850
Patrimônio Líquido						
Capital Social	161.416	-	161.416	161.416	-	161.416
Outros Resultados Abrangentes	(104)	104	-	(138)	138	-
Reservas de Lucros	20.363	-	20.363	18.774	-	18.774
(Prejuízos) Acumulados	(64.562)	64.562	-	(56.881)	56.881	-
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	20.694	-	20.694	15.818	-	15.818
Total do Patrimônio Líquido	137.807	64.666	202.473	138.989	57.019	196.008
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	170.852	55.238	226.090	172.643	46.215	218.858

(*) As nomenclaturas destas contas estão sendo apresentados em conformidade ao MCSE e correspondem, nas demonstrações contábeis societárias, à seguinte conta: Investimento de curto prazo.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2024			31/12/2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações						
Receita / Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	38.923	(38.923)	-	41.414	(41.414)	-
Receita de Operação e Manutenção	-	14.695	14.695	-	13.781	13.781
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	24.974	24.974	-	24.960	24.960
(-) Parcela Variável	(204)	-	(204)	(9)	-	(9)
Tributos						
PIS-PASEP	(252)	(5)	(257)	(269)	17	(252)
COFINS	(1.162)	(22)	(1.184)	(1.242)	79	(1.163)
Encargos - Parcera "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(358)	-	(358)	(383)	-	(383)
Reserva Global de Reversão - RGR	(1.007)	(19)	(1.026)	(1.077)	69	(1.008)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(155)	(3)	(158)	(166)	11	(155)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	35.785	697	36.482	38.268	(2.497)	35.771
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	35.785	697	36.482	38.268	(2.497)	35.771
Custos Gerenciáveis - Parcera "B"						
Pessoal e Administradores	(3.897)	-	(3.897)	(3.386)	-	(3.386)
Material	(255)	(459)	(714)	(249)	(189)	(438)
Serviços de Terceiros	(1.242)	-	(1.242)	(1.246)	-	(1.246)
Arrendamento e Aluguéis	(506)	33	(473)	(446)	36	(410)
Seguros	(52)	-	(52)	(28)	-	(28)
Doações, Contribuições e Subvenções	(9)	-	(9)	-	-	-
Tributos	(40)	-	(40)	(39)	-	(39)
Depreciação e Amortização	(5.817)	5.787	(30)	(5.823)	5.791	(32)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	246	1.672	1.918	94	(50)	44
Resultado da Atividade	24.213	7.730	31.943	27.145	3.091	30.236
Equivalência Patrimonial						
Resultado Financeiro						
Despesas Financeiras	(132)	(7)	(139)	(104)	(4)	(108)
Receitas Financeiras	1.863	2	1.865	2.122	2	2.124
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	25.944	7.725	33.669	29.163	3.089	32.252
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(1.808)	(78)	(1.886)	(1.995)	82	(1.913)
Resultado Líquido do Exercício	24.136	7.647	31.783	27.168	3.171	30.339

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia constroi, opera e mantém a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

15.1.1. Concessionárias e permissionárias

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber origina-se somente depois que a obrigação de desempenho de operação e manutenção é concluída mensalmente. De forma que este valores a receber, registrados na rubrica “Contas a receber de clientes”, passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

15.1.2. Ativo contratual da concessão

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto de 8% a.a.; e (ii) atualizado pelo IPCA.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Ativo contratual da concessão”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura, operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas à correção monetária pela variação do IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta “Contribuições e encargos regulatórios diferidos” no passivo não circulante.

15.1.3. Custo de Infraestrutura

O custo da infraestrutura é uma parte importante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia, nos termos do Contrato de Concessão. As regras para definição da infraestrutura remunerada através da tarifa e sua mensuração são estabelecidas pelo Poder Concedente e passíveis de julgamento, e não necessariamente estão alinhadas com práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas regras regulatórias podem levar ao registro como infraestrutura gastos que, eventualmente, não poderiam ser classificados como tal de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou não considerar gastos capitalizados de acordo com essas práticas contábeis, quando dos processos tarifários.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15.1.4. Arrendamentos

Os ajustes de arrendamento mercantil são relativos à adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos. O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para pagamentos futuros e um ativo representando o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Os arrendatários reconhecem separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização do ativo de direito de uso.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo.

A Companhia possui baixo volume de contratos de arrendamentos e cujos valores, com a adoção do CPC 06 (R2), estão reconhecidos nas demonstrações contábeis societárias em “Arrendamento mercantil” referente aos pagamentos futuros no montante de R\$59 e “Imobilizado” referente o direito de uso no montante de R\$68, líquidos de depreciação.

O CPC 06 (R2) foi incorporado pelo MCSE para demonstrações contábeis regulatórias a partir de 1º de janeiro de 2022 para bens não vinculados à concessão. No entanto, a administração optou por não aplicar seus efeitos, considerando que os custos da adoção superam os benefícios ao leitor, dado o impacto imaterial dos saldos de arrendamento não vinculados à concessão.

15.2. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	202.473	196.008
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(84.156)	(76.260)
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	9	7
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	19.481	19.234
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<u><u>137.807</u></u>	<u><u>138.989</u></u>

15.3. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido conforme contabilidade societária	31.783	30.339
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(7.534)	(2.920)
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	(191)	(169)

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	78	(82)
Lucro líquido regulatório	<u>24.136</u>	<u>27.168</u>